



A teoria política democrática moderna e seu renascimento

Agamenon Bezerra¹

RESUMO

Um instigante livro de ciência política intitulado “O Renascimento da Teoria Democrática” (“The Revival of Democratic Theory”, em inglês) de renomado cientista político norte-americano, analisa o declínio da teoria democrática de governo no mundo moderno e avalia as possibilidades de renascimento desta teoria objetivando evitar o colapso da civilização ocidental. Em outras palavras, o livro procura justificar o declínio da teoria política como resultado das reações da “intelligentsia democrática”, isto é, de intelectuais americanos, ingleses, e franceses, e o resultado de coisas resultante destas reações nos últimos cinquenta anos.

O objetivo deste ensaio é avaliar as premissas apresentadas no supracitado livro e comentar criticamente a validade destas premissas e ao mesmo tempo sugerir meios de melhorar algumas das formulações contidos no livro.

Mesmo enfatizando que suas críticas são especificamente dirigidas à “O Renascimento da Teoria Democrática”, o autor acredita entretanto que seus comentários podem também ser aplicados a outros livros sobre teoria política democrática moderna que defendem as mesmas idéias ou ideais semelhantes.

Palavras-chave

Democracia. Teoria Política.

ABSTRACT

In an instigating book on political science by the title “The Revival of Democratic Theory”, a well known American political scientist analyzes the decline of the democratic theory of government in the modern world and appraises the possibilities of revival of this theory aiming to avoid the collapse of Western civilization. In other words, the book tries to justify the decline of political theory as a result of the reactions of the “democratic intelligentsia”, that is, of American, English, and French intellectuals, and the state of things resulting from these reactions in the last fifty years.

The purpose of this essay is to appraise the premises put forth in the above mentioned

¹Professor Doutor Ph.D – University of Tennessee – Docente do Mestrado em Direito – UFC.

book and to critically comment the validity of these premisses while at the same time suggesting ways to improve some of the formulations contained in the book.

Though emphasizing that his criticisms are specifically directed at “The Revival of Democratic Theory”, the author believes that his comments may also be applicable to other similar books on modern democratic political theory with similar ideas.

Key-words

Democracy . Politic Theory.

Um instigante livro de ciência política, de autoria de renomado professor norte-americano, analisa brilhantemente o declínio da teoria democrática de governo no mundo moderno e avalia as possibilidades do renascimento desta teoria objetivando evitar o colapso da civilização ocidental. Mais especificamente, o livro procura justificar o declínio da teoria política como resultado de uma complexidade de fatores em torno das reações da “intelligentsia democrática”, isto é, de intelectuais americanos, ingleses e franceses, e o estado de coisas resultante destas reações nos últimos cinquenta anos. Estas reações, argumenta o autor, muito têm a ver com: a) o reconhecimento do pecado de Procusto, b) o temor do “grande irmão ciência”, c) a aquisição de uma conscientização democrática infeliz, e d) um pendor para abrigar-se nos chamados corredores enclausurados da academia (universidade).

O autor oferece ainda razões mais sofisticadas sobre o declínio da teoria política que explicam claramente a inquestionável falta de confiança no empreendimento que caracteriza o campo da ciência política. Argumenta que a teoria política fracassou porque falhou em desempenhar cinco tarefas (ou papéis) principais: (1) unificar a disciplina ciência política, (2) esclarecer valores políticos, (3) esclarecer a realidade política, (4) facilitar uma “orientação prudente” (*prudential guidance*), e (5) promover a realização de pesquisas relevantes. Diante deste quadro negativo é natural que se conclua, mesmo que apressadamente, que o papel da teoria política, como um todo, parece ter sido um fracasso quase total que merece fartamente a onda consistente e persistente de críticas que tem recebido. Assim, em face deste insucesso, o autor propõe-se a elaborar uma teoria política para a democracia moderna que poderá desempenhar as tarefas não cumpridas pela teoria política geral e aliviar este campo da ciência política das dores do abuso e do descrédito. E foi para isso que escreveu “The Revival of Democratic Theory” (“O Renascimento da Teoria Democrática”)¹. Como este livro me parece bastante representativo da visão e pensamento de um bom número de teóricos políticos da atualidade, e ressaltando que as observações a seguir dirigem-se principalmente ao trabalho do Professor Riemer, creio que as opiniões aqui apresentadas podem ser também aplicáveis a estudos semelhantes no campo da teoria política.

É preciso admitir, logo de início, que não é tarefa fácil analisar um livro do escôpo e importância de “The Revival of Democratic Theory”. Talvez somente um

teorista político de alta qualificação poderia dar um tratamento mais adequado e fazer plena justiça às idéias apresentadas e elegantemente defendidas por seu brilhante autor. Entretanto, apesar da sólida contribuição à teoria política, alguns dos seus argumentos me parecem suscetíveis a discordâncias. Estas divergências surgem principalmente das seguintes lacunas: (a) falha em não identificar as forças sociais e intelectuais que contribuíram para o declínio da teoria política democrática; (b) inexatidão de análise quanto à necessidade do componente prudente (prudential component) da teoria política; (c) erro em não lidar adequadamente com os chamados “fatos empíricos” da política; e (d) falta de análise mais aprofundada dos fundamentos éticos do que se convencionou chamar de “a vida política boa”². Estes quatro pontos serão analisados detalhadamente.

(a) Falha Em Não Identificar as Forças Sociais e Intelectuais que Contribuíram para o Declínio da Teoria Política Democrática.

Uma tela mais ampla de explicações poderia ser mais apropriada para descrever explicitamente o ambiente sócio-cultural através do qual o declínio da teoria democrática tem se processado. Sou também inclinado a dizer que o autor lida demasiadamente com razões filosóficas para explicar o declínio da teoria política, dando a entender que um modelo racional-intelectual do homem é incorreto e difícil de provar. Além do mais, o autor tende a exagerar o poder causal das idéias. As idéias, até onde posso observar, não são tão básicas às pessoas como o professor indica que são. As coisas básicas no mundo social – pelo menos é o que a história nos diz – são as classes sociais e a luta pelo poder.

As razões apresentadas em “The Revival of Democratic Theory” para explicar o declínio da teoria política estão na sua própria natureza, todas ou intelectuais ou ideológicas. Isto me leva a concluir que o fracasso da teoria política em unificar e orientar a ciência política é acima de tudo um fracasso intelectual de primeira magnitude. Os quatro obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma teoria política criativa, apontados pelo autor, são também intelectuais em sua natureza. O obstáculo que ele classifica de “pecado de Procusto” não passa de um erro intelectual. É a infeliz conscientização democrática, bem como o medo do “grande irmão ciência”, também indicados como obstáculos, são enfermidades da “intelligentsia” do mundo ocidental. Quanto aos “enclausurados corredores da academia”, estes não passam de uma fuga de ativistas frustrados ou de pesquisadores incompetentes e medíocres.

No tocante à identificação de fatores intelectuais envolvidos no declínio da teoria democrática, o autor faz um bom trabalho ao torná-los bem claros, mesmo incorrendo em certa negligência sobre seus aspectos sócio-históricos.

¹ Riemer, Neal. *The revival of democratic theory*, New York: Appletou-Century – Crofts, 1962.

² “Good political life”, em ingles.

Dois aspectos são implicitamente negligenciados: o crescimento da teoria democrática acompanhado pelo surgimento do movimento democrático; depois o fato de a teoria democrática ter seguido a institucionalização do movimento democrático. A teoria democrática tem – utilizando-me de uma expressão de Karl Mannheim – se tornado como que uma “ideologia” ou uma justificativa ao “status quo”. Além do mais, a causa sociológica do declínio da teoria democrática pode ser encontrada no declínio de qualquer movimento democrático de alguma importância nas democracias ocidentais. A época de surgimento de democracias parece ter acabado, e talvez seja fútil esperar um renascimento da teoria política em grande escala quando a situação na qual ela surgiu desapareceu e possivelmente jamais voltará. De forma semelhante, o declínio da teoria política marxista deve também ser chamado a atenção. A teoria marxista originalmente desempenhou as quatro tarefas elaboradas pelo Professor Riemer mas atualmente passa por dificuldades em realizar todas elas no mundo de hoje. Talvez, como Herbert Marcuse sugere em “One Dimensional Man”, o próprio pensamento político encontra-se em declínio irreversível.

Um outro aspecto a ser observado é que a teoria democrática está em declínio exatamente devido aos tropeços da própria democracia. Realmente, é difícil teorizar confiantemente quando estamos céticos e inseguros. Os críticos da democracia, de Michels (“a lei de ferro da oligarquia”) à E. H. Carr (“a nova sociedade”) têm reforçado a afirmação de que a democracia está em dificuldade e que a teoria democrática – a teoria democrática formal – pode muito bem ter declinado porque se tornou irrelevante. Teorizar sobre “o governo da maioria”, para usar uma expressão de Robert Dahl, parece quase inútil quando na realidade a maioria não governa. Por isso, se o declínio de poder do público (o crescimento da “anomie”, as realidades do poder oligárquico, etc) enfraqueceu o exercício das forças democráticas modernas, torna-se difícil formular teorias políticas criativas que possam preencher a necessidade de reavivar a teoria política democrática.

O autor observa que o declínio da teoria política tem sido constatado por muitos. Se a análise apresentada por ele é de fato correta, a razão para o aparente fracasso e aparente ineficácia da teoria democrática pode ser atribuída ao malogro de teóricos políticos em ver a teoria como um relacionamento harmonioso entre os componentes normativo, empírico, e prudente.

(b) Inexatidão de Análise Quanto à Necessidade do Componente Prudente da Teoria Política.

Sou inclinado a argumentar que três dos componentes da teoria política, o normativo, o empírico, e o prudente, defendidos pelo autor, não estão bem relacionados como ele nos leva a crer. Eu diria que o componente prudente não é necessariamente uma parte da teoria política; podemos ter fatores suficientes para constituir uma teoria política sem a presença deste componente. Não quer isto dizer que considero não ser a função do teórico político a de prescrever políticas e ações.

O autor defende a noção de que há uma conexão entre conhecimento e poder; isto é, ele parece indicar que se você compreende algo você pode resolvê-lo. Esta conexão entre conhecer e resolver raramente existe. O que na realidade existe é o fato de uma função normal e própria ao teorista democrático ser mais aproximada ou semelhante à do meteorologista que compreende a natureza e as causas dos furacões mas mesmo assim é incapaz de controlá-los.

Considero também bastante extravagante argumentar que a teoria política é inadequada a não ser que conduza à formulações políticas. Não quero, entretanto, desencorajar ninguém de apresentar formulações políticas baseadas em valores e pesquisas empíricas, mas somente enfatizar que isto dificilmente pode ser considerado um componente necessário ao trabalho do teorista político. Assim, ao analisar o componente prudente, o leitor tem a impressão de que “prudente” (prudential, em inglês) é uma mera fórmula verbal ou uma palavra de efeito. Em outras palavras, a impressão é que, ao chamar uma política de prudente tudo o que o autor quer dizer é o seguinte: “Eu penso que é razoável chamá-la assim”.

(c) Erro Em Não Lidar Adequadamente Com Os Chamados “Fatos Empíricos” da Política.

Uma terceira crítica à posição do politicólogo americano tem a ver com a sua imagem da situação das democracias ocidentais no mundo moderno. Em determinado trecho de “The Revival of Democracratic Theory” encontramos esta afirmação: “Tampouco fui capaz de me aprofundar – como deve fazê-lo um teorista da democracia – nas questões sobre a compatibilidade de normas democráticas com as realidades oligárquicas”. A citação é seguida de uma referência ao livro “The Power Elite” de C. Wright Mills. Enquanto este clássico trabalho de Mills não deve ser considerado como verdadeiro em todas as suas conclusões, não deixa de ser, entretanto, bastante autêntico e factual. Infelizmente o retrato pintado por Mills em sua obra não encontra “ecos”, por assim dizer, nas colocações empíricas do autor como expostas nos capítulos V e VI. É minha convicção, entretanto, que não se pode desprezar a contribuição indireta de Mills ao componente empírico da teoria política. Mas a desculpa do autor no tocante a esta omissão parece apoiar-se no fato de que ele não acredita que as formulações de Mills sejam corretas. Mas certamente alguém logo dirá que esta falha não passa de um simples erro de análise. Enfim, se o teorista da democracia precisa lidar com as realidades oligárquicas do poder, por que então o autor não o faz?

Da mesma forma, o retrato apresentado sobre o estado ou condições internas das chamadas democracias ocidentais – excetuando-se algumas ligeiras referências aos direitos civis – faz pouca menção sobre o militarismo, a pobreza, o crescimento dos movimentos extremistas de direita, a beligerante política externa dos países ocidentais, a concentração e controle de poder das elites, e assim por diante. É claro que um único livro não poderia tratar de todos estes

temas; mas não são estes tópicos de importância maior do que uma defesa do direito ao poder da maioria ou uma simples reafirmação do pluralismo?

A validade do conceito da obrigação pluralista e condicional, deve também ser discutida. (Várias outras implicações e apoios, presumidos pelo professor, podem também ser questionados). O autor argumenta que a obrigação deve existir quando encontramos alguma coisa que esteja de acordo com o nosso próprio desejo de participar de decisões, e quando há deveres ditos tradicionais; ou, ainda, quando existem obrigações que são relevantes para nossos interesses a longo prazo. Dos mencionados, o segundo tipo de obrigação é o que pode ser mais questionado, apesar de o primeiro partilhar mais da natureza dos truísmos do que de teorias significativas.

A noção de obrigação e também a de obedecer porque tivemos participação no processo de tomada de decisão, (esta última destaca-se mais do que a noção de obrigação) representam princípios básicos da teoria democrática corrente. (Veja a esse respeito o livro de J. R. Pennock, "Liberal Democracy: Its Prospects and Merits"). A chamada acomodação democrática e constitucional realmente assume certa harmonia de interesses (ou aceitação) de fundamentos amplos, afim de que nada crucial corra risco de alterar o processo eleitoral, e coisas semelhantes. Do contrário, toda a estrutura pode entrar em colapso, e assim teríamos algo semelhante à Guerra Civil Americana (1861-1865). Por outro lado, sou inclinado a indagar, o que acontece se os interesses em jogo forem incompatíveis e se a participação no processo de tomada de decisões – devido à acumulação de desequilíbrios de poder, de presunções falsas e variadas, de inferioridade numérica -, não impulsionarem as decisões no campo desejado? Esta é a condição (ou tem sido assim) do negro americano, em geral; e não é lógico dizer que isto é uma luta por direitos básicos (como se o negro algum dia os tivesse tido plenamente). Esta situação é muito mais complexa. Os negros do Norte dos Estados Unidos, por exemplo, têm tido seus "direitos básicos" já por muitos anos, e muito mais do que seus irmãos do Sul, sem que, apesar disso, consigam realizar seus verdadeiros objetivos de igualdade perante os brancos. A análise do autor não aborda este tipo de questão ou pelo menos não se aprofunda o bastante em seu desenvolvimento. O que ele faz é, na realidade, tomar a "democracia" como algo natural de direito, tanto no seu significado e na sua existência; em determinados pontos o pensamento se torna quase uma frase meramente de encorajamento.

Um outro comentário merece ser feito a respeito da discussão sobre "pluralismo". O autor descreve várias instituições que funcionam para manter o consenso necessário para assegurar a acomodação e sustentar o pluralismo. Dentre estas instituições estão os grupos de pressão, os partidos políticos, a mídia, o executivo, o legislativo, e o judiciário dos governos democráticos. Neste ponto torno-me céptico e até questiono o entusiasmo com que o autor abraça estas instituições como salvaguardas da democracia. Tomemos, como exemplo, os grupos de pressão. Estudos como os de Robert P. Wolf, "A Critique of Pure Tolerance", assim como os de Grant McConnell, "Private Power and American

Democracy”, e ainda o de Robert Brady, “Business as a System of Power”, têm questionado eficientemente o tipo de apoio que os grupos de pressão têm dado à democracia. A mídia, como afirma o relatório da “Comissão sobre Liberdade de Imprensa”, que o autor menciona, são às vezes uma vantagem duvidosa à democracia. As conseqüências positivas de suas operações, como George Seldes enfatizou, raramente são conhecidas pelo povo. Também nesta linha de raciocínio Henry Commanger e Franz Neumann têm expressado dúvidas sobre o papel dos tribunais na democracia, fato este despercebido tanto pelo público como pelos especialistas. O fato é que estas instituições estão longe de serem os baluartes necessários à democracia, como o autor tenta nos levar a crer. Nenhuma instituição social é indispensável à operação da democracia; nem a separação de poderes do Estado (descentralização, federalismo, autonomia, etc) pode ser classificada como democrática em sua operação. A democracia se sustenta sobre forças sociais e não sobre estruturas de governo. Se as forças sociais estão ausentes, nenhuma estrutura de governo será suficiente para preservar ou apoiar a democracia. Sinto que o autor sobreestima a determinação e a habilidade de muitas destas instituições quando afirma que elas ajudam no funcionamento efetivo do governo democrático e na manutenção do poder popular.

Um outro ponto abordado no livro relaciona-se à aceitação de práticas comuns nas democracias ocidentais. Também, descreve sua teoria de transição, que consiste somente da análise da situação presente no mundo atual, excluindo algumas feições relevantes tais como o imperialismo e a possibilidade de uma catástrofe nuclear. A própria tendência utópica que o autor freqüentemente critica poderia possivelmente dar maior densidade, senão maiores percepções, à sua corrente de pensamento.

Uma boa dose de utopismo pode ser exatamente o que falta à formulação positiva do autor de “The Revival of Democratic Theory”. Karl Mannheim era freqüentemente indagado sobre o que acontece quando uma ideologia declina e a utopia surge. O Professor Riemer acredita que sua teoria positiva, com respeito à democracia, e às possibilidades de transição, pode reavivar a teoria democrática. Eu não estou tão convencido de que ele possa fazê-lo, ou, pelo menos, duvido que sua formulação seja capaz de fazê-la. O que ele defende, no meu entender, não é um substituto à utopia, um plano liberal para um mundo melhor. O velho mundo ainda existe, talvez até com coisas menos desagradáveis. Na minha opinião, está faltando visão à sua teoria e sem visão o povo esmorece. A teoria política precisa dar visão e precisa fazê-lo com uma perspectiva mais ampla do que a do homem comum. O desafio apresentado pelo terrorismo, a paz mundial, os direitos civis, são eventos ou problemas reais e não processos ou tendências subjacentes.

d) Falta de Análise Mais Aprofundada dos Fundamentos Éticos do que se Convencionou Chamar de “A Vida Política Boa”.

Finalmente alguns comentários sobre a formulação denominada de “formativa”. No nível da meta-ética, o livro se apóia em uma posição que

poderíamos classificar de “normativa-humanista”, semelhante à de Erich Fromm que, coincidentemente, o autor cita em algumas de suas notas de rodapé. Deve-se salientar, entretanto, que não há eco nenhum sobre a literatura do movimento da análise filosófica na discussão do professor. Caso ele assim o fizesse certamente mencionaria a severa crítica a que foram submetidos o humanismo e o naturalismo. Ao mesmo tempo, a teoria empírica e a de julgamento de valores, deixa a formulação apresentada em “The Revival of Democratic Theory” como que suspensa no ar. Os padrões éticos que o livro recomenda são também passíveis de serem questionados. Ao referir-se à “auto realização individual dentro da estrutura do bem comum” ele está simplesmente dizendo um pouco mais que uma banalidade. Que realmente significa isto? Esta expressão não oferece nenhuma orientação a um significado concreto. Parece que o autor tem em mente o crescimento na direção de valores tradicionais do sistema ocidental, como, por exemplo, valores da classe média. Mas isto é válido? Esta é a questão crucial analisada insuficientemente no capítulo “A Vida Política Boa”. Que defesa específica dos valores tradicionais e individuais pode ser oferecida mediante esta vida política boa? O autor não especifica, apesar de freqüentemente aproximar-se de um apelo à opinião pública em vez de apresentar uma argumentação convincente.

Em conclusão, o que pode ser finalmente dito a respeito de “The Revival of Democratic Theory”? Primeiro, que representa uma tentativa importante e demasiadamente tardia de se enfrentar de vez o triste estado da teoria democrática. Uma vez dito isto, suas limitações precisam ser brevemente sumarizadas: (a) omissão em tratar adequadamente o papel das forças sociais e intelectuais subjacentes ao declínio da teoria política democrática; (b) falha em avaliar corretamente a necessidade do componente prudente (prudential component) da teoria política; (c) omissão em enfrentar os fatos ditos empíricos da política; (d) análises circulares e inexpressivas dos fundamentos éticos da vida política boa vistos como sinônimo de democracia. Apesar destas limitações, deve-se admirar e louvar o trabalho do autor de “The Revival of Democratic Theory”, enquanto se espera uma formulação mais definitiva dos problemas da teoria democrática.